



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº07/2017

----- Aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou as ausências da Presidente da Câmara por se encontrar de férias e do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antes de dar início ao período antes da ordem do dia o Vice-Presidente da Câmara leu uma comunicação da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) referente ao processo da Lavandaria WashRio (anexo 1), informou que logo que o processo estivesse em condições seria presente a reunião de Câmara para discussão e deliberação. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 1/2017, referente à reunião ordinária de treze de janeiro. -----

----- Aprovada a ata nº 1/2017, por **unanimidade** dos presentes com direito a voto (4 votos a favor). -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 2/2017, referente à reunião ordinária de vinte e sete de janeiro. -----

----- Aprovada a ata nº 2/2017, por **unanimidade** dos presentes com direito a voto (5 votos a favor). -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatrocentos e noventa mil, setecentos e quarenta euros e noventa e sete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **VISITA ÀS SALINAS DA EMPRESA MONTES E TRILHOS ECOTURISMO-AGRADECIMENTO-**

----- **VISITAS AGENDADAS ÀS SALINAS – ABRIL** -----

----- **AGRADECIMENTO – ASSOCIAÇÃO DE FESTAS ARRUDA DOS PISÕES** -----

----- **AGRADECIMENTO – CONFERÊNCIA “O PAPEL DAS MULHERES NO PODER LOCAL”** -----

----- **CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2017 – PERÍODO DE 1 A 31 DE MARÇO** -----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- **ESCAPADINHA DA PÁScoa- 5 RAZÕES PARA PASSAR A PÁScoa EM RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos e acrescentou ainda que as Salinas da Fonte da Bica estão entre as 49 finalistas consideradas para as 7 Maravilhas de Portugal, concretamente na categoria de Aldeias em Áreas Protegidas. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que é com muita satisfação que se assiste ao reconhecimento público daquele local dizendo que as Salinas não são só o *ex libris* do concelho mas também são mil anos de história. Considerou que é uma oportunidade a aproveitar e potenciar e, nesse sentido, questionou acerca do ponto de situação do plano de pormenor e salvaguarda das Marinhas do Sal. Deu ainda conhecimento que o Partido Comunista Português (PCP) está a levar a cabo uma iniciativa que visa o reconhecimento nacional das Salinas de Rio Maior que, logo que o texto definitivo esteja elaborado, fará chegar a todos para conhecimento. -----

----- De seguida questionou qual o ponto de situação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e também acerca da data da apresentação do projeto da Zona Ribeirinha e o andamento do processo de aquisição dos terrenos. -----

----- Considerando que se encontra em elaboração do relatório e contas solicitou que lhe pudesse ser dada informação sobre o ponto de situação Depomor. -----

----- Voltou a questionar acerca da toponímia e também qual o ponto de situação relativamente às comemorações do 25 de Abril. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir aos assuntos para conhecimento, relevando a divulgação do concelho de Rio Maior através do programa “Escapadinha da Páscoa- 5 razões para passar a Páscoa em Rio Maior” fazendo votos que seja um contributo para a visitação e para o turismo local. -----

----- De seguida afirmou que, pelo que pode saber, as Tasquinhas este ano não correram conforme as expectativas de quem participou e, nesse sentido, considerou que talvez fosse importante que fossem acolhidas algumas sugestões para que no próximo ano estas possam vir a corresponder, de forma efetiva, à importância que têm, às perspetivas de futuro e aos novos tempos. Sugeriu, por isso, que se fizesse uma reflexão sobre as sugestões que apresentou no ano anterior relativamente a situações existentes, que não mereceram acolhimento, e que este ano voltaram a falhar. Considerou de grande importância rever estas situações para que as Tasquinhas continuem a prosperar e ser um grande evento para Rio Maior. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que em termos gerais a feira das Tasquinhas foi, mais uma vez, um sucesso sendo que os valores apurados superaram os do ano passado. Concordou que existem sempre situações a melhorar mas que, no cômputo geral foram um sucesso, fazendo especial referência ao espaço Café e Música que, de ano para ano, tem vindo a ter mais sucesso e a implementar-se de forma sólida. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que relativamente às comemorações do 25 de Abril estão a ser definidos os últimos pormenores e fez uma breve descrição do programa provisório das mesmas, descrevendo momentos previstos. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que foi inaugurado na Freguesia de Arroquelas os “Caminhos de Fátima” e deu conhecimento das reuniões que tiveram lugar entre o Presidente da Junta, O vice-Presidente e os serviços de turismo acerca dos pormenores do projeto, designadamente a sinalética e os caminhos alternativos para o projeto. Disse ainda que para além deste importante projeto dos “Caminhos de Fátima” está também no horizonte integrar o projeto dos “Caminhos de Santiago”, situação já prevista no plano estratégico de turismo para o concelho. -----

----- Relativamente ao Plano de Pormenor das Marinhas do Sal informou que houve uma reunião no início do ano com os representantes do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) que assumiram o compromisso de emitir um parecer até

final de janeiro acerca do mesmo e que, até ao momento, ainda não é definitivo devido a pormenores de natureza técnica, informando também que a avaliação ambiental estratégica foi apresentada em diversas entidades para análise, aguardando-se agora as conclusões das consultas efetuadas. Em relação ao PDM informou que a avaliação estratégica ambiental já se encontra em análise pelas entidades competentes e que a apresentação pública do projeto do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que engloba o projeto da Zona Ribeirinha, da Villa Romana e da requalificação da Praça do Comércio, da Praça da República e do largo do cineteatro, está prevista para o início de maio e que o convite formal será entretanto transmitido a todos os eleitos e à população em geral. Disse ainda que no que se refere à aquisição dos terrenos, 95% dos terrenos necessários está feita e os que faltam são pequenas parcelas e alertou que este seria um processo que levaria ainda algum tempo devido às exigências legais que decorrem de uma intervenção desta natureza. -----

----- Acerca da Depomor disse que não dispunha da informação precisa do que foi questionado mas que pela informação que lhe foi transmitida rondará os cento e trinta e cinco mil. -----

----- Sobre as Tasquinhas afirmou que, em seu entender, correram bem, mas que possivelmente haverá uma necessidade de se inovar nas ementas, porque os pratos servidos são muito idênticos o que gera uma certa monotonia, e evitar-se o recurso a alimentos pré confeccionados para que não se dê um desvirtuar daquilo que é a alma deste certame. Considerou que qualquer contributo e sugestão que possa ser dada é bem-vinda no sentido de melhorar e engrandecer esta feira de sucesso a manter-se com qualidade e inovação. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à nomeação das Salinas para as 7 Maravilhas de Portugal dizendo que se deve continuar a fazer de tudo para imprimir ao *ex libris* do concelho todas as qualidades e tudo o que de melhor merece. -----

----- Referiu-se à distinção feita à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior com a medalha de mérito de proteção e socorro, no grau ouro e distintivo azul, que comemora este ano 125º aniversário e considerou que o simbolismo desta distinção é enorme e merecida, pela coragem e bravura dos homens e mulheres que a constituem. -----

----- Acerca das Tasquinhas disse que, pela informação que apurou, não foram tão visitadas como seria de esperar e, em sua opinião, as associações e coletividades devem ser impelidas a inovar e a criar novidade para que gere o interesse e a curiosidade nas pessoas porque o certame já atingiu um patamar que obriga a isso.

Salientou que o estacionamento deverá ser também um ponto a rever assim como a exposição automóvel à entrada do certame que considera como a zona nobre, de apresentação e que, como tal, dever-se-ia repensar esta exposição naquele local. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para dizer que não obstante haver sempre situações a melhorar e a aperfeiçoar, as Tasquinhas foram um sucesso como habitualmente. No que se refere à exposição automóvel disse que se tentou que este ano fosse mais reduzida e não ocupasse tanto da entrada do pavilhão, mas que a inexistência de espaço não urbanizado naquela zona dificulta sempre este tipo de exposição nas feiras que lá se realizam e que não sendo desta a forma a opção seria não ter. Considerou ainda que todas as sugestões e críticas construtivas são sempre bem-vindas e que serão tidas em conta no sentido de melhorar o certame, mas que efetivamente as tasquinhas continuam a ser um sucesso. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que as Tasquinhas continuam a ser o maior acontecimento de atração em Rio Maior e que isso tem um valor inestimável. No entanto, em sua opinião, é hora de fazer uma discussão participada sobre a sua organização para que possam ser tomadas decisões de futuro como, por exemplo, a certificação da alimentação com cardápios, fazendo do ato de comer um ato cultural de forma a haver um reconhecimento global da qualidade, variedade e diversidade, também cultural valorizando a gastronomia local e regional e eventualmente nacional. Disse ainda que, em seu entender, se verificou uma diminuição na qualidade das decorações essencialmente por falta de investimento e afirmou que devem ser pensadas novas formas de apoio às associações, coletividades e clubes para permitir que não se repita as mesmas decorações ano após ano. Terminou dizendo que seria muito bom que a feira de setembro pudesse ser metade daquilo que é a feira das Tasquinhas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Fez notar que os comentários feitos sobre as Tasquinhas não se destinavam a diminuir o evento, que é um sucesso indiscutível, mas sim para alertar que se deve ter atenção ao conformismo derivado do sucesso. Em sua opinião, o sucesso deve ter diversas vertentes tais como mais faturação, mais público, mais divulgação, maior qualidade, mais afirmação do concelho a nível da comunicação social, e efetivamente conseguir-se elevar-se, do ponto de vista gastronómico, este evento como afirmação de um dos produtos de Rio Maior e considerou que isso tem que ser um trabalho constante ambicionando sempre mais e com inovação. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca da Feira das Tasquinhas disse que os responsáveis estarão atentos a tua o que foi dito e, com toda a certeza, decidir pelas melhores opções para o certame e para Rio Maior. Realçou que as Tasquinhas receberam um prémio gastronómico do Turismo do Alentejo/Ribatejo e informou que esta entidade está a tentar fazer para a zona do Ribatejo aquilo que já foi feito para a zona do Alentejo, que é a certificação referente à gastronomia e aos vinhos. Relativamente ao nosso concelho disse que quando se fala em certificar produtos há que ter atenção que os requisitos são muitos e que nem sempre é possível devido à sua origem. -----

----- Em seguida informou que a Câmara Municipal vai lançar concurso para a recuperação do antigo CAO, junto ao centro escolar 1, e que para além da recuperação do edifício vai também ser feito um corredor de ligação com a escola, que para a escola da escola da Asseiceira a obra já está adjudicada e que será agora definida a data de início da mesma e informou ainda que irá ser feito um estacionamento por trás do centro escolar 2, com proteção à Mina do Espadanal, que irá aumentar a capacidade de oferta de lugares. Deu ainda conhecimento que será entretanto lançado um concurso público com cinco lotes para manutenção e recuperação da rede viária no concelho após várias reuniões com os presidentes de junta, sendo que os vários lotes englobam reparações, colocação de microaglomerados, recuperação de passeio e colocação de sinalética, num total de aproximadamente oitocentos e sessenta mil euros. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 17/2017 – AJUSTE DIRETO, NO ÂMBITO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO NA SEQUÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº04/2016/CCE – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º17/2017, exarado em 27 de março pelo Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do despacho n.º 53/2013 de 19 de outubro conjugado com o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a adjudicação da Prestação de Serviços para Certificação Energética dos Edifícios ao concorrente G3E, Lda. pelo montante de € 9.550,00 (nove mil quinhentos e cinquenta euros) acrescido de Iva à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 18/2017 – CONCURSO PÚBLICO – OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO, POR**

MEIO DE LEASING, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PESADO DE PASSAGEIROS, PARA TRANSPORTE COLETIVO DE CRIANÇAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho n.º 18/2017, exarado em 30 de março, pelo Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do despacho n.º 53/2013, de 19 de outubro, conjugado com o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, pelo qual se determinou a aprovação da minuta da adenda ao contrato n.º 4/2017/PS, nos termos propostos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Pediu que lhe fosse esclarecido se o assunto a votação resultou de um pedido do tribunal de contas, que coloca a necessidade de um aditamento ao contrato com a introdução de uma menção às condições particulares e gerais. Questionou o que é que objetivamente o tribunal de contas colocou. -----

----- CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL -----

----- Esclareceu que o aditamento foi solicitado para clarificação do valor base, do juro e do IVA constante do contrato. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO II - PEDIDO DE PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES EM NOME DE MARIA ADELAIDE VITÓRIA MARQUES – PROCESSAMENTO DE JANEIRO/2017 -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, aprovar o pagamento relativo ao processamento do mês de janeiro/2017, no valor de 564,30€ (quinhentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos), em seis prestações, nos termos e fundamentos apresentados. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Disse que da análise da documentação verificou que não consegue aferir se efetivamente se tratou de um problema do contador que disparou e, não constando no processo nenhuns dados históricos, não lhe é permitido saber se é um problema recorrente do contador ou uma outra situação. Solicitou que lhe fosse adiantada mais informação acerca da situação dado que os valores apurados são bastante elevados para um consumo. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Questionou acerca da natureza do desvio de consumo e perante os rendimentos apresentados se esta é a única forma de pagamento prevista. -----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA E AÇÃO SOCIAL** -----

----- Esclareceu que foi confirmado pelos serviços que não se tratou de uma rutura e que esta alteração se devia a um mecanismo existente na habitação, e que mediante este facto o regulamento não prevê formas de pagamento e a única forma legal prevista é o pagamento em prestações da forma como se apresenta. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES EM VALE DA VILA, ALCOBERTAS – FREGUESIA DE ALCOBERTAS EM NOME DE ANA MARIA DUARTE BELO – PROCESSO Nº 58/2017** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Vale da Vila, da Freguesia de Alcobertas, inscrito na matriz sob o artigo 155 da Secção F, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES EM ARNEIRO, ARROUQUELAS – FREGUESIA DE ARROUQUELAS EM NOME DE DEOLINDA FERREIRA QUINTINO – CABEÇA DE CASAL NA HERANÇA DE JOSÉ ANTÓNIO QUINTINO - PROCESSO Nº 64/2017** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Arneiro, da Freguesia de Arroquelas, inscrito na matriz sob o artigo 46 da Secção A, na medida em que deste pedido não resulta qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO – ANO LETIVO 2016/2017** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação emitida, autorizar a despesa no valor de 34,10 €, (trinta e quatro euros e dez cêntimos), referentes aos auxílios económicos ao 1ºciclo, a transferir para o Agrupamento Fernando Casimiro Pereira da Silva. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO 2017/2018** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2017/2018 e autorizar a despesa no valor de 251,200,00€ (duzentos e cinquenta e um mil e duzentos euros), com IVA incluído à taxa de 6% para pagamento à Rodoviária do Tejo, conforme mencionado na informação emitida. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que este é um assunto que faz parte da organização funcional de todos os anos letivos e que, por isso mesmo, é sempre presente para deliberação nesta altura de forma a garantir o transporte dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo para os centros escolares. Disse que este é uma área que tem vindo a ser ajustada à realidade e a presente proposta contém igualmente uma cláusula que permite o reajustamento de qualquer circuito que seja necessário em qualquer ponto do concelho, assim como também o conhecimento efetivo de quais os circuitos necessários. Acrescentou que o conhecimento efetivo das necessidades só é possível após as matrículas, daí que esta cláusula esteja prevista aquando da elaboração do plano de transportes para cada ano letivo. Acrescentou ainda que desde o ano passado se tem feito a monitorização dos circuitos para verificar se efetivamente o transporte solicitado pelos encarregados de educação é usado e assim evitar que se esteja a pagar por um serviço que depois não está a ser prestado, como também têm sido revistos circuitos, nomeadamente o das 15 horas e 30 minutos dos alunos do pré-escolar, onde chegava a haver um autocarro a transportar duas crianças. Afirmou que o conhecimento destas situações, através da monitorização, permite que se possa efetuar os reajustamentos necessários aos circuitos existentes e, por isso, o plano agora apresentado será reajustado no início do ano letivo e, sendo necessário, durante o ano letivo. Saliou que cada vez mais é determinante a consciencialização de todos para a boa utilização dos recursos disponíveis porque, havendo a correta informação e utilização destes circuitos, pode

haver um reajustamento e a verba que se disponibiliza para esta situação pode ser disponibilizada para outras áreas educativas por forma a promover uma real e efetiva instrução e educação dos alunos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que este é um dos temas centrais de hoje para as responsabilidades das autarquias e que irá continuar a debater no que foi o protocolo dos transportes numa altura em que ainda querem colocar mais responsabilidade sobre as autarquias sem o respetivo correspondente apoio financeiro. Relativamente ao caso em concreto, e com a crescente desresponsabilização da administração central, cada vez aparecem mais problemas desta natureza com o encerramento das escolas básicas e jardins-de-infância de proximidade. Salientou que aquilo que se passa é muito grave porque são 308 municípios a pagar à Rodoviária, uma empresa privada, para muitas vezes transportarem três crianças em autocarros de cinquenta e cinco lugares e considerou que Rio Maior precisa de uma revolução completa relativamente aos transportes escolares. Disse que a CDU defende outro modelo, um modelo de proximidade para os pais e encarregados de educação porque embora tenham direito a transporte, não têm o direito de abusar dele e, em seu entender, tem que ser criado um equilíbrio e regras que formalizem a necessidade objetiva da utilização e acesso. Sobre o montante a pagar, salientou que o valor causa, a aplicar-se outro modelo, poderia ser investido em outras áreas educacionais e de projetos inovadores. Terminou reafirmando que esta solução não é a solução da CDU. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que quando foram criados os centros escolares nas freguesias já era condição a criação de um sistema de transporte e que já se sabia também que os circuitos públicos funcionam no sentido de chegar à sede de concelho. Disse que, por exemplo, na criação de um centro escolar em São João da Ribeira, que agrega crianças de todas as aldeias próximas, tinha que ser tido em consideração que não havendo carreiras públicas se teria que garantir uma solução já que grande parte das aldeias fica a mais de três quilómetros do centro escolar. Continuou dizendo que foram então criadas as carreiras públicas que serviriam ambas situações, transporte público e escolar, pagando para isso, e que irá aprovar a proposta mas fique consignado novamente em ata que as carreiras públicas não são para funcionar apenas quando há escola, que as carreiras públicas são para funcionar todo o ano civil e não apenas quando há aulas. Considerou que deve ser exigido pelo Município de Rio Maior à Rodoviária do Tejo, que é fornecedor único e tem alvarás para essas carreiras, que para manterem o alvará tenham que garantir que as carreiras funcionam todo o ano porque, de outra forma, a população em geral, não estudante, fica prejudicada por este sistema.

Relativamente à proposta disse que a tomava como boa, fazendo apenas referência a alguns aspetos em falta que só poderão ser efetivamente conhecidos com as matrículas e que havia um lapso com os números referentes aos alunos de Arroquelas. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Relativamente à utilização dos transportes, questão que já foi discutida em reunião do Conselho Municipal de Educação, disse que circuitos de autocarros que só transportam uma ou duas crianças parece um desperísimo completamente desnecessário, sugerindo que pudesse ser feito um esclarecimento público com todos os encarregados de educação mostrando-lhes os números e a forma abusiva com que, muitas vezes, são utilizados os recursos públicos. Terminou dizendo que efetivamente não está instalada uma mentalidade da poupança mas que quando se tratam de dinheiros públicos tudo conta. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para esclarecer que o transporte, no caso do Município de Rio Maior, só é obrigatório a partir dos quatro quilómetros porque em todos os estabelecimentos de ensino são servidas refeições. Informou também que no início do ano letivo foram feitas reuniões em todos os centros escolares, foram apresentados os dados, assim como os valores e os custos, e disse que a reação por parte da população não foi favorável. Aproveitou para dar os parabéns aos encarregados de educação do centro escolar de Fráguas que perceberam a situação enquanto outros só faltou foi fazerem um motim. -- Concordou com a intervenção do Vereador Carlos Nazaré no que respeita aos horários de transporte e que ia até mais longe dizendo que a Rodoviária deveria adaptar os horários de funcionamento às reais necessidades das populações e atualizá-los às necessidades atuais dos utilizadores e apostar também nuns horários mais “amigos” dos idosos e não obriga-los a cumprir horários escolares. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:

----- “A CDU votou contra, na pessoa do seu vereador, não contra o direito inalienável dos alunos terem direito ao transporte, que é um direito consagrado, mas porque não estamos de acordo com o modelo”. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto da Nazaré Almeida, subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra: “

----- “Votamos favoravelmente a proposta apresentada sobre os transportes escolares, no pressuposto que as carreiras públicas que servem os estudantes funcionem durante todo o ano civil.” -----

----- PONTO VII - BAR DA RODOVIÁRIA SITO NA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE RIO MAIOR – LIBERTAÇÃO DE DEPÓSITO DE GARANTIA E ANULAÇÃO DA FATURA DO MÊS DE ABRIL DE 2017 -----

O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a liberação do depósito de garantia no valor de 476,41 €, a favor de Carina Alexandra Alves Verga, bem como autorizar a anulação da fatura n.º 010/25, de 01/03/2017, no valor de 318,63 €, referente ao mês de abril de 2017. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VIII - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA EMPREITADA - AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DE ASSEICEIRA -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o Relatório Final, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento relativo ao concurso público em apreço, em cumprimento do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos e, conseqüentemente, adjudicar a empreitada para “Ampliação do Edifício Escolar de Asseiceira”, ao concorrente José & Augusto – Empreiteiros de Construção Civil, Lda., no montante de € 257.826,19 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis euros e dezanove cêntimos), valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Interveio para se congratular pela obra daquele que deveria ter sido o terceiro centro escolar mas que, não o sendo, é uma obra muito bem-vinda para a melhoria das condições de aprendizagem e do ensino. Disse ainda que, de qualquer forma, terá que ser feito um acompanhamento a algumas insuficiências registadas, nomeadamente as condições de segurança dos muros e a portaria. Acrescentou que depois de tantos anos de carta educativa finalmente esta começa a ser cumprida e que até lá vão decorrer processos de reinstalação dos alunos que exigem o maior cuidado e atenção por causa dos direitos instalados e das condições, disponibilizando-se para qualquer contributo que se considere necessário para a resolução plena e a bem da comunidade riomaiorense. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Interveio para demonstrar o seu regozijo pela execução destas obras e felicitou a Câmara Municipal pela solução que encontrou para os alunos, nomeadamente com o Centro Social de S. Domingos, e que é assim que devem ser resolvidas as questões,

com benefício para todos. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que o projeto que vai entrar em obra foi aprovado pelo Ministério da Educação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE BENEFICIAÇÃO NA ESCOLA BÁSICA DE MARINHAS DO SAL** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, avocando a competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delegada na Presidente da Câmara em reunião do dia 21.10.2013, deliberou aprovar o Acordo de Colaboração para a Realização de Obras de Beneficiação na Escola Básica de Marinhas do Sal, conforme minuta em anexo à presente. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Partilhou com todos a alegria de ver finalmente um trabalho que vem de há longos anos, desde a assinatura do acordo de execução em 2008 onde era definido que o Ministério da Educação faria as intervenções necessárias na escola e que depois a passaria para o Município, à semelhança do que fez com a Escola Fernando Casimiro, e que depois de três anos de trabalho e reuniões consecutivas com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e com o Ministério da Educação agora se chega ao final feliz. Acrescentou que se tratou de um trabalho de levantamento exaustivo das necessidades de intervenções na escola efetuado pelos serviços técnicos da autarquia, seguido de várias deslocações à tutela para que a mesma atendesse a esta necessidade. Não quis deixar de referir que se tornou uma tarefa mais difícil para a própria e para a Presidente da Câmara depois da entrevista dada pelo diretor ao Correio da Manhã no início do ano letivo que, por pouco, não pôs em causa todo o trabalho desenvolvido por este executivo e a abertura do ano letivo na Escola Fernando Casimiro com o Ministro da Educação. Terminou dizendo que não obstante este obstáculo a força de ambas fez com chegasse esta decisão e afirmou que estão todos de parabéns. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que esta situação é um bom exemplo que devia servir para não se ficar calado, já que o tratamento diferenciado entre os agrupamentos levou a todas estas incompreensões. Disse haver alguns aspetos a relevar, em primeiro a aceitação da tutela desta renegociação de um direito a que estava obrigada e outro o trabalho subterrâneo que é preciso fazer para muitas vezes se conquistar algo. Acrescentou que

provavelmente só no final o Agrupamento Marinhas do Sal vai perceber a importância desta obra. Realçou ainda que que afinal mesmo com a alteração de forças na Assembleia da República e com um governo minoritário do Partido Socialista (PS) houve significativas melhorias no que respeita às acessibilidades às autarquias o que permitiu que Rio Maior tenha agora aquilo a que tem direito há muitos anos, afirmando que não se trata de dar nada mas sim a entregar aquilo a que Rio Maior tinha direito. Considerou que será uma melhoria para Rio Maior e, em seu entender, este método de trabalho, de persistência, de determinação, muitas vezes contra a corrente, é um trabalho que deve ser reconhecido. Terminou dizendo que aguarda sinceramente que as obras se realizem o mais rapidamente possível. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Felicitou o executivo por ter conseguido este objetivo de ter condições para recuperar este estabelecimento de ensino e enalteceu a boa vontade da tutela no sentido de compreender que este é o caminho mais fácil, mais barato e mais eficaz para a resolução destas situações. Disse que o Município de Rio Maior deve estar sempre disponível para estes desafios e que é sua convicção que tudo vai correr bem e que assim ficam em aberto para futuras situações. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Relativamente a este ponto disse que este é um avanço para resolver a situação da Escola Marinhas do Sal e que tudo se consegue com persistência e boa vontade das partes e felicitou o executivo pela forma como conduziu este processo e pela calma que manteve num processo que poderia ter corrido menos bem. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Subscreeveu o que foi dito e acrescentou que foi um processo conduzido com todo o empenho e que o importante foi o resultado favorável para o concelho e para a escola e Agrupamento Marinhas do Sal que é um estabelecimento de grande dimensão e importância. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Ausentou-se da sala a Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores. -----

----- **PONTO X - FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL (FMES) – ANO ECONÓMICO DE 2017** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação, considerando a informação e o parecer emitidos, e avocando a respetiva competência, é: -----

----- Dar continuidade ao Acordo de Colaboração celebrado entre o Município de Rio Maior e a Conferência de Santo António de Rio Maior da Sociedade de S. Vicente de Paulo, para efeitos de atribuição e gestão dos apoios a conceder no âmbito do FMES; -

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE ABRIL DE 2017

----- Autorizar a realização da despesa no valor de 15.000.00€ (quinze mil euros), bem como, a transferência da verba em duas tranches, uma por cada semestre do ano económico; -----

----- Recomendar à Conferência de Santo António de Rio Maior da Sociedade de S. Vicente de Paulo a atualização/reformulação da Norma de Controlo Interna do FMES. -

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se pela continuidade desta iniciativa que durante anos propôs e defendeu e que, em boa hora, a atual maioria o impôs. Acrescentou que, em seu entender, a conferência de S. Vicente Paulo é uma entidade capaz e idónea para levar avante esta iniciativa e ser o instrumento da Câmara na minimização de alguns problemas sociais que atingem alguns municípios. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando era onze horas e vinte minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____